



Ano XXXII-Nº316 - 11-12/2018 - Joinville-SC



# JORNAL DA EDUCAÇÃO

ISSN 2237-2164

IMPRESSO

[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)

Exemplar de assinante/anunciante

**Para não dizer que não se  
falou de flores em 2018**



800a  
Festa  
das Flores



# Mais do que dominar uma língua estrangeira, escrever bem em português é um diferencial para a carreira

Nas últimas semanas recebemos anúncios de universidades oferecendo cursos de pós-graduação com opção de não escrever trabalho de conclusão. Ou seja, os cursos de pós graduação já estão adaptando-se ao mercado. Afinal, para que saber escrever quando se faz um curso de pós-graduação? O pior é que esta é a principal atração dos cursos daquela instituição, e ainda tem preço diferenciado.

Na década de 70, quando frequentava o então ginásio numa escola pública em Rio do Sul, as alunas e alunos que conseguiam ser aprovados em matemática sem recuperação eram considerados os líderes da turma. Eram populares e apontados como os que 'se dariam bem na vida'. Aqueles que chegariam no top da pirâmide intelectual e social.

Quarenta anos se passaram e hoje, dezenas de programas de incentivo ao estudo e ao desenvolvimento do gosto pela matemática depois, já não são os bons alunos desta disciplina que despontam como os que se darão bem na vida ou os empregados de alto escalão dos sonhos das grandes empresas, organizações e instituições.

Em época de computação, inteligência artificial, calculadoras científicas e programas que fazem cálculos matemáticos em segundos o que as pessoas levariam anos para fazer "manual ou mentalmente", os brasileiros que sabem escrever bem em português ganharam status de desejáveis e a garantia dos melhores empregos no mercado de trabalho,

Os "matemáticos" são bem vindos no mundo da computação para ocuparem os postos de arquitetura de sistemas e programação, mas os roteiros, os textos e principalmente a comunicação eficaz é feita somente por meio dos bons redatores.

As organizações e o mercado carecem de bons comunicadores e estão dispostas a pagar muito bem



para que eles estejam a seu serviço.

Mais do que raciocínio lógico, imprescindível para um redator, antes de passar a escrever bem, foi preciso ler, estudar as regras que norteiam a língua portuguesa e disciplinar o pensamento crítico e criativo direcionando-o para a fruição da escrita.

Pouco a pouco, as boas redações, que já são 50% do pré-requisito para ingresso em cursos técnicos, universidades, empregos públicos e privados, serão o grande diferencial da atualidade. Agora são as alunas e alunos que sabem escrever com coerência e correção os mais populares e respeitados. Os concursos de redação se multiplicaram, assim como as feiras de matemática, mas a popularização ainda não chegou para a redação.

Uma pesquisa recente do Ibope sobre alfabetismo funcional mostrou que 2% da população brasileira encontram-se em situação de analfabetismo total em matemática e 29% (mais de 52 milhões de pessoas), conseguem ler números, mas têm muito problema em resolver operações matemáticas simples, entender proporções e perceber gráficos e tabelas.

Já a taxa de analfabetismo no Brasil, que caiu em 2017 em comparação com o ano anterior, é de 7%. Mais de 11,5 milhões brasileiros, com 15 anos ou mais não sabe ler e escrever.

Inúmeros trabalhos científicos e pesquisas apontam que o Brasil é um continente de analfabetos funcionais. No início deste ano, um estudo feito pelo Ibope Inteligência, apontou que três em cada dez brasileiros com mais de 15 anos, é incapaz de entender pequenos textos do cotidiano.

São 29% de brasileiros (38 milhões) classificados nos níveis mais baixos de proficiência e nesse deve ser considerado os 7% de analfabetos absolutos. Os 22% restante estão no nível considerado rudimentar (não localizam informações em um calendário, por exemplo).

Mas o número que mais assusta é outro, mais de 70% da população até dominam as funções simples da língua, mas são os chamados analfabetos funcionais (mais de cem milhões).

O que significa dizer que menos de 30% da população brasileira sabe ler e escrever com fluência. Isso explica a dificuldade da empresas em conseguir ocupar as vagas destinadas a redatores e as universidades colocarem no mercado cursos de pós-graduação sem trabalho de conclusão.

## OPINIÃO DO LEITOR

### Ausência em reuniões escolares pode acarretar em processo judicial aos pais

Segundo dados escolares, entre 60 e 80% dos pais não comparecem às reuniões escolares de seus filhos. O número é maior quando se trata de crianças pequenas. Há, inclusive, casos onde nenhum dos pais compareceu às reuniões e nem mesmo enviaram algum representante em seu lugar, durante todo o ano letivo.

De acordo com o artigo 932, I, do Código Civil, os pais são responsáveis civis pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia. Não comparecer a essas reuniões para se inteirar da situação da criança, pode acarretar futuramente um processo civil contra o responsável, sobretudo, se algum problema for causado pelo seu filho menor dentro da escola.

As atas dessas reuniões podem ser utilizadas em processos judiciais por juízes, promotores de justiça e advogados em casos de ocorrência de **bullying**, por exemplo. O documento ajuda na análise dos juízes porque apontam um início de prova de possível desídia por parte de alguns pais e mães que não procuram se inteirar concretamente da situação de seus filhos. A ausência acarreta em prejuízos efetivos para

o desenvolvimento escolar e do trabalho adequado por parte da escola.

Ocorrendo um caso de bullying, tanto a responsabilidade dos pais como a da escola pode ser objeto de avaliação judicial e isso pode ter consequências jurídicas muito negativas para quem for eventualmente responsabilizado - inclusive, com repercussões na vara da infância e da juventude e no patrimônio dos envolvidos.

Portanto, nada de subestimar as reuniões de pais. Elas são importantes para o desenvolvimento e acompanhamento das crianças e adolescentes e facilitam o trabalho da escola. Caso estejam impossibilitados de comparecer por motivos de trabalho ou outras questões, é recomendável enviar algum representante de sua confiança em seu lugar. Assim como a escola tem o seu papel e responsabilidades, os pais também os tem. Estando em dia com as suas obrigações, os pais evitam problemas futuros e a criação de eventual prova contra si mesmo de omissão em uma discussão judicial que possa envolver seu filho no colégio.

Sobre o livro: Ao longo de mais de 10 anos atuando na defesa da infância e da juventude, o promotor de justiça Lélío Braga Calhau, que é graduado em Psicologia e

Por Lélío Braga Calhau (\*)

Mestre em Direito do Estado e Cidadania pela UGF-RJ, se deparou com inúmeros casos de bullying. A vivência o inspirou a se aprofundar no assunto e o resultado é o livro "Bullying: o que você precisa saber", que acaba de ser lançado pela editora Rodapé. Trata-se uma obra simples, direta e objetiva, sugerindo medidas para identificar, prevenir e combater o problema.

Segundo o autor, bullying é o ato de "desprezar, denegrir, violentar, agredir, destruir a estrutura psíquica de outra pessoa sem motivação alguma e de forma repetida". E, cabe destacar que não se tratam de pequenas brincadeiras próprias da infância, as chamadas "microviolências", mas sim de casos de violência física e/ou moral, muitas vezes velada.

\*Lélío Braga Calhau é Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Graduado em Psicologia pela UNIVALE, é Mestre em Direito do Estado e Cidadania pela UFG-RJ. É também autor do livro "Bullying: o que você precisa saber".

## EXPEDIENTE

**JE**

Ano XXXII - Nº 316  
Novembro/Dezembro - 2018

Rua Padre Kolb, 99 Bl 12/104  
89202-350 Joinville - SC  
Fone: (47) 3433 6120 e 984150630

Endereço Eletrônico:  
[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)  
[jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br](mailto:jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br)

**Jornalista Responsável:**  
Maria Goreti Gomes DRT/SC  
ISSN 2237-2164  
Reg. Especial de Título nº 0177593  
Impressão: AN  
Tiragem desta edição: 4000

**Distribuição dirigida a assinantes, anunciantes e estabelecimentos de ensino dos municípios das regiões educacionais de Joinville e São Bento do Sul.**

**Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores**



# Analfabetismo funcional. Qual é o papel da família?

Por Janaína Spolidorio\*

Vivemos um tempo de grandes mudanças. Com o avanço da tecnologia, novas formas de comunicação foram e continuam sendo criados e elas têm um impacto gigantesco na aprendizagem social, em geral. Mesmo com tantos avanços que temos, a quantidade de analfabetos funcionais no país continua alarmante. Cerca de três a cada dez adultos estão dentro deste tipo de analfabetismo.

Chamamos de analfabeto funcional o indivíduo que tem dificuldade de compreender textos simples. Geralmente são pessoas que conseguem ler decodificando, ou seja, dão a impressão de leitura, mas esta leitura não é funcional, pois não há interpretação do que se lê.

Ser plenamente alfabetizado é uma necessidade para que tenhamos sucesso em várias áreas e a alfabetização deve ser encarada, desde cedo, com muito seriedade, não apenas na escola, mas também pela família. O processo de alfabetização começa muito cedo, ainda na Educação Infantil, quando a criança começa a ter contato com letras e números. Cabe à família incentivar, do modo que melhor conseguir, para que a criança tenha apoio nesta fase, que é vital para sua futura aprendizagem.

A família pode – e deve – ajudar a criança incentivando a leitura de formas variadas. Sempre que tiver contato com algo escrito, pode chamar a atenção da criança para as letras (ou números). Perguntar sobre as letras, fazer brincadeiras envolvendo leitura e escrita, incentivar anotações de lembretes do mercado, escrever lista com nomes para a festa de aniversário são situações cotidianas que ajudam a chamar a atenção da criança para a função social da leitura e da escrita e incentivam-na a se interessar pelo assunto.

Com tantos recursos para comunicação, como as mensagens de voz, por exemplo, pode acontecer deste estímulo ser afetado. O exemplo ainda é a melhor aprendizagem. Se os pais não usam nunca a leitura e a escrita, a criança não tem um parâmetro de uso em casa e a escola, neste caso, se torna distante de sua realidade.

Atualmente há uma grande quantidade de crianças que apresentam demora na alfabetização e a culpa não é totalmente da escola. Durante o período de estudo o professor promove o contato e situações de aprendizagem diversas, mas se o mesmo não ocorre fora do ambiente escolar, se torna um fenômeno

isolado, sem sentido para a criança. Ela deve ser cobrada e incentivada fora da escola também, para que se interesse pelo próprio processo de aprendizagem e tenha maior sucesso na alfabetização. É preciso que ela sinta a necessidade de ler e escrever, que se interesse por suas funções sociais.

Apenas ler, codificando, não vale! É importante verificar se a criança compreendeu o que acabou de ler. Quando a família lê um livro para a criança é legal fazer brincadeiras de perguntas sobre a história, por exemplo, para verificar se ela prestou atenção, se consegue lembrar dos detalhes da história. Cada pessoa aprende de uma forma diferente, a metodologia não tem total relevância nesta parte.

O que importa é o que se aprendeu e como aconteceu. O correto é perceber o modo de aprendizagem da criança para poder utilizar metodologias e estratégias que sejam eficazes para ela. O que conta, contudo, nesta fase de alfabetização, é o estímulo e o interesse. Assim como aprendemos a andar andando, aprendemos a falar, falando, também aprendemos a ler lendo e a escrever escrevendo. Aos poucos estas habilidades se ajustam.

O que acontece e que preocupa é que há ainda muitas pessoas que aprendem a parte básica e não conseguem ultrapassar este limite e é então que ocorre o analfabetismo funcional. Por este motivo, é preciso estar atento se a criança está realmente lendo e interpretando ou se apenas junta letras e palavras, mas não entende o motivo da importância de fazê-lo.

A alfabetização é a época que irá impactar de forma memorável o restante dos anos de aprendizagem, portanto deve-se sempre estar atento aos sucessos – e fracassos – deste período. Desta forma, é possível já incentivar o aluno a buscar maior aprendizagem, evitando que tenha problemas futuramente.

\* Designer de atividades pedagógicas, Janaína Spolidorio é formada em Letras, com pós-graduação em consciência fonológica e tecnologias aplicadas à educação e MBA em Marketing Digital. Ela atua no segmento educacional há mais de 20 anos e atualmente desenvolve materiais pedagógicos digitais que complementam o ensino dos professores em sala de aula, proporcionando uma melhor aprendizagem por parte dos alunos e atua como influenciadora digital na formação dos profissionais ligados à área de educação.



# Jornais escolares estudantis

Por Alzemi Machado



cívicos, patrióticos, higienísticos, excertos de livros escolares, trechos e redações escolhidas por professores, entre outros temas.

Obviamente, estas duas publicações destinavam-se a circulação de ideias e conteúdos literários voltados ao segmento estudantil ou que eram produzidas no interior escolar por diretores e professores sem o objetivo de suprir e adequar às necessidades de ensino, estando assim, distante das idealizações propostas por Decroly, Freinet e outros defensores da Escola Ativa, chamados de escolanovistas.

A partir do Decreto Estadual nº 2.991, de 28 de abril 1944, o jornal passa a ser prescrito nas práticas de ensino, tornando-se objeto da cultura material escolar, como parte integrante das Associações Auxiliares da Escola, constituída pelo pelotão de saúde, caixa escolar, biblioteca, clube de leitura, clube agrícola, círculo de pais e professores, liga da bondade, liga pró-língua nacional e o museu escolar, que objetivavam oferecer aos alunos a “oportunidade de exercitar atitudes de sociabilidade, responsabilidade e cooperação escolar”.

Diversos jornais passam a ser editados nos Grupos Escolares, Escola Normal, Escolas Reunidas, Isoladas e Complementares, objetivando cumprir às determinações advindas das reformas escolares, sob a batuta do pensamento escolanovista.

Neste sentido, a exposição que apresentamos, tem como propósito divulgar o acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina e da Hemeroteca Digital Catarinense ([www.hemeroteca.ciacsc.sc.gov.br](http://www.hemeroteca.ciacsc.sc.gov.br)), particularmente, os jornais produzidos por estudantes, estabelecimentos escolares, faculdades, entidades estudantis e grupos de alunos, que de forma autoral ou apócrifa, manuscrita, tipográfica, mimeografia ou em off-set, ajudaram a construir a história da imprensa escolar e estudantil em Santa Catarina.

Organizada sob curadoria do bibliotecário Alzemi Machado, apresenta 44 títulos de jornais editados em cidades catarinenses no período de 1868 a 2012, expostos em doze painéis contendo capas digitalizadas e impressas das publicações. A mostra ficará exposta no hall da Biblioteca Pública de Santa Catarina no período de 29 de outubro a 26 de novembro de 2018, e a partir de 2019, percorrerá diversas cidades catarinenses.

Norberto Dallabrida é professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Coordenador do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina (OEMESC). E-mail: [norbertodallabrida@gmail.com](mailto:norbertodallabrida@gmail.com)



**PROFESSOR:**  
Seu trabalho resultou em aprendizagem?

Mande sua sugestão de pauta:  
[jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br](mailto:jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br)

[www.facebook.com/Jornal da Educaçao](https://www.facebook.com/Jornal da Educaçao)  
[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)



# Brasil é o país que menos valoriza o professor. China é o que mais valoriza.

Pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica e Social da Inglaterra (National Institute of Economic and Social Research) para a Fundação Varkey, com mais de 35000 adultos, com idade entre 16 a 64 anos e mais de 5500 professores ativos, apontou que o Brasil é o país que menos valoriza o professor entre as 35 nações avaliadas.

A instituição beneficente de ensino global Varkey Foundation, com sede em Dubai, divulgou a pesquisa no início de novembro, seis meses após 61% dos estudantes brasileiros não terem sequer conseguido terminar a prova do PISA.

A Análise apontou também que o desempenho dos alunos de um país está ligado à valorização e à remuneração dos docentes.

No Brasil, professores são pouco respeitados. A pesquisa mostra que nove em cada 10 brasileiros acreditam que não há respeito por parte dos alunos aos seus professores. É o menor número entre os 35 países pesquisados.

Somente 20% dos pais encorajariam seus filhos a seguir a profissão e apenas 3% dos adolescentes concluintes do ensino médio optam por carreiras do magistério.

O Índice Global de Status de Professores teve sua estreia em 2013. Naquele ano, o Brasil estava na penúltima posição, nesta pesquisa de 2018, caiu para a última dentre os 35 países pesquisados.

“Os governos devem levar o status do professor a sério”, alertou a Fundação Varkey, que acrescentou ainda que o desempenho dos alunos está diretamente ligado à forma como a sociedade vê e remunera seus professores. A China lidera o ranking dos 35 países analisados.

Os governos que almejam pontuações mais altas na classificação mundial do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) – que mede as habilidades de jovens em leitura, matemática, ciências e trabalho em equipe – deveriam concentrar seus esforços na valorização e nos salários de professores, afirmou o estudo.

As horas trabalhadas semanalmente pelos professores também foram subestimadas em 29 países. Os profissionais latino-americanos são os com a maior carga horária – chegando a 13 horas extras no Peru. No Brasil, a carga



horária semanal média dos profissionais em sala de aula é de 47,7 horas, a percebida apenas 39,2 horas.

## Ligação direta com PISA

O Índice Global de Status de Professores (GTIS) da fundação verificou “uma ligação direta entre o status do professor e o desempenho dos alunos medido pelo Pisa”. Os resultados do PISA são publicados a cada três anos pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ao comparar os estudos de 2013 e de 2018, a equipe de pesquisadores, liderada pelo pesquisador Peter Dolton, concluiu que o prestígio do professor aumentou em 13 países, tendo a China a melhor avaliação – embora seja a sétima colocada no Pisa. As maiores quedas foram registradas na Grécia e no Egito.

Por outro lado, todos os países da América do Sul tiveram resultados ruins e foram classificadas na parte inferior do índice, com o Brasil em último, e a Argentina apenas quatro posições acima.

Em 2013, o Brasil aparecia na penúltima posição. O estudo destaca que o respeito pelos professores é particularmente baixo no Brasil: apenas 9% acreditam que os alunos o fazem.

Na maioria dos países europeus, os entrevistados afirmaram achar que os alunos tendiam a desrespeitar os professores. Ape-

nas 22% dos alemães afirmaram sentir que os estudantes respeitavam seus professores. Na China, 81% dos entrevistados afirmaram que os professores eram respeitados.

Outro aspecto estudado foi o futuro da profissão. Na Alemanha, onde o salário dos professores é relativamente alto, apenas um em cada cinco pais encorajava seus filhos a se tornarem professores. No Brasil, a proporção é a mesma. Enquanto metade dos pais na China, Índia, Gana e Malásia incentivam os filhos à carreira.

## Levar o professor a sério

“O alto status do professor não é apenas algo bom para se ter – é cada vez mais provável que leve a melhores resultados dos alunos”, concluíram os autores do GTIS, que

acrescentaram que a confiança nos sistemas de ensino nos países pesquisados cresceu desde 2013. “Os ministros devem levar o status do professor a sério e se esforçar para melhorá-lo.”

O estudo do índice GTIS também verificou que, em 28 dos 35 países analisados, os professores recebiam uma remuneração menor do que os habitantes de seus países consideravam ser justa.

A Fundação Varkey é dirigida por Sunny Varkey, um empreendedor nascido na Índia e residente em Dubai, cuja empresa GEMS Education, de acordo com relatórios anteriores da Bloomberg e do jornal americano New York Times, tornou-se um dos maiores provedores privados de educação no mundo desde os anos 80. Seus mercados incluem o leste da Ásia e a África.

## Agendamento eletrônico para Certificado Internacional de Vacinação é obrigatório

**Joinville** - Todos os brasileiros que pretendem viajar para o exterior devem providenciar o Certificado Internacional de Vacinas e Profilaxia (CIVP). O documento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa deve ser apresentado na imigração do país no momento da chegada.

A emissão do certificado é gratuita, mas desde o dia 12 de novembro, após tomar as vacinas exigidas pelo país que irá visitar num posto de saúde, munido dos comprovantes, o viajante deve fazer o cadastro e o agendamento eletrônico no Portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou no link <https://civnet.anvisa.gov.br/civnet>.

Não haverá mais agendamentos presenciais. Para atendimento será necessário apresentar documento oficial com foto.

Em Joinville há dois postos públicos para emissão do certificado: o Centro de Vigilância em Saúde, localizado à rua Abdon Batista, 172, no centro de Joinville e o Posto Aeroportuário (anexo ao aeroporto), para retirar o documento oficial.

O agendamento se dá apenas **online**, sendo obrigatório por parte do cidadão. O acesso via sistema para fazer seu pré-cadastro e



agendar data e horário de atendimento presencial. O acesso deve ser feito neste link (<https://civnet.anvisa.gov.br/civnet>). Ou pelo portal da Anvisa.

O certificado é um documento que comprova a vacinação contra doenças, conforme definido no Regulamento Sanitário Internacional. A lista com os países que exigem o Certificado está disponível na internet, dentro do site da Organização Mundial de Saúde e no portal da Anvisa.

**O Jornal da Educação está no FACEBOOK**

**Leia e curta nossa página**



**[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)**



# MEC homologa Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio

As diretrizes trazem duas regulamentações importantes: aumentam para três mil horas o curso, tornam opcional o oferecimento de educação a distância e estipula a obrigatoriedade de oferecimento de mais de um itinerário formativo, em áreas distintas, em cada município.

O ministro da educação, Rossieli Soares da Silva anunciou, no dia 20 de novembro, a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

O primeiro de um conjunto de normas para a implementação da reforma do ensino médio (Lei federal 13 415 de 2017) regulamentará, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular ainda em estudo, o Ensino Médio. Os Conselhos Estaduais de Ensino - CEE deverão analisar e aprovar todos os currículos e itinerários propostos pelos sistemas de ensino.

Entre as principais normas, a obrigatoriedade de oferecimento de mais de um itinerário formativo em áreas distintas em cada cidade, mesmo que o município tenha apenas uma escola.

O aumento da carga horária obrigatória de

2400 para 3000 horas e a obrigatoriedade de oferecimento de itinerários de formação profissional, seja em curso técnico (com no mínimo 800 horas), seja em curso de formação profissional com, no mínimo, 160 horas e três meses de duração é outra novidade.

Os sistemas estaduais poderão optar pelo ensino a distância, mas terão que submeter os currículos à aprovação do Conselho Estadual de Ensino e deverão ouvir os professores “para juntos encontrarem a melhor maneira de ensinar”, frisou o ministro.

## Educação a distância

Além de ter a obrigatoriedade da presença ou coordenação docente, a parte a distância não poderá superar 20% da carga total para os cursos diurnos e 30% para os do noturno. Já na Educação de Jovens e Adultos - EJA, até 80% das aulas poderão ser a distância. Para a EJA não há obrigatoriedade de presença docente.

O ministro Rossieli explicou que a carga de 30% para o ensino noturno visa a garantir que os estudantes deste turno tenham efetivamente a quantidade mínima de horas aulas. Neste caso, o Ead seria uma possibilidade a mais para ministrar os mesmos conhecimentos dos colegas do diurno, devido às condições diferenciadas dos estudantes trabalhadores.

Para o ministro, os estudantes do noturno, perdem muito tempo no deslocamento do trabalho para a escola e por vezes precisam faltar à escola. Então, aulas mediadas pela tecnologia podem ser uma opção para suprir esta defasagem na formação.

“São mais de 70 milhões de brasileiros que não concluíram a formação básica e a educação a distância é uma ferramenta importante para atender a esse público.

Poderemos levar inclusive uma formação profissional para este público”, explicou o ministro, que ao longo da entrevista, reforçou se tratar de uma opção para os estados usarem ou não, mas que sempre haverá a necessidade da aprovação do CEE para serem implantadas.

## Formação de professores

Nas palavras do ministro, não existe a possibilidade de implementação do novo ensino médio sem a formação dos professores atuais com formação continuada e dos futuros professores.

Segundo ele, um total de 80% dos professores são oriundos de instituições privadas. E por isso, anunciou um grande trabalho de apoio em regime de colaboração do MEC com estados e municípios para a formação dos professores com vista a estruturação da educação.

Além de apoiar os estados na formação dos professores que estão em sala e entregar

a nova base nacional de formação até dezembro para análise pelo CNE, o MEC deve entregar também as propostas de novo PNLD e sistemas de avaliação ainda nesta gestão.

Reafirmando que é muito importante ter um olhar completo para a estruturação da educação o ministro afirmou que “não existe a possibilidade de implementação da nova educação sem a revisão dos materiais didáticos, sem apoio aos professores atuais e aos que virão com a formação, sem olhar para os sistemas de avaliação, como o próprio Enem. E é esse o conjunto que as diretrizes e todos os marcos legais que estão sendo observados”, completou o Ministro.



## Itinerários tem 4 eixos obrigatórios

As Diretrizes homologadas este mês, diferentemente das de 2012, estabelecem a obrigatoriedade dos currículos terem uma parte comum e garantem a flexibilidade dos itinerários formativos.

“O Brasil tem somente 8% de suas matrículas na formação técnica profissional, enquanto países como a Alemanha e Itália chegam a ter 50% de seus estudantes matriculados nesses cursos, registrou Rossieli. Com o objetivo de aumentar esse número, as escolas poderão ofertar 2 ou até 3 itinerários para cada aluno, de acordo com seu itinerário formativo.

Por esta razão, as escolas poderão fazer parcerias com outras instituições de ensino reconhecidas pelo Sistema de Ensino para fornecer os itinerários. O estudante deve ter concluído o ensino médio ou estar cursando a formação básica para poder se matricular no curso técnico. Em qualquer situação, o currículo estruturado pela escola deverá ter a aprovação do CEE.

Das 3 mil horas de curso, 1800 serão dedicadas para a formação básica, cumprindo o currículo básico a ser estabelecido pela BNCC. As demais 1200 poderão ser usadas para a formação profissional.

A construção dos currículos serão responsabilidade dos sistemas educacionais e, necessariamente, devem ter a participação das escolas e professores e a aprovação dos Conselhos Estaduais de Educação. As duas formações (básica e itinerários) são indissociáveis.

Durante a entrevista coletiva, Rossieli reforçou a “imperiosidade” de ter os itinerários formativos. E também a obrigatoriedade da oferta de mais de um itinerário formativo em cada cidade, em áreas distintas, mesmo que haja uma única escola no município.

Segundo ele, a Lei trouxe a necessidade de atualizar toda a legislação do ensino médio. A BNCC, o Enem, o Saeb, a formação de professores e a PNLD também passarão por reformulação para que em 2021, os novos materiais didáticos cheguem às escolas.

Os itinerários a serem oferecidos deverão se estruturar em quatro eixos:

- 1- Investigação Científica
- 2- Processos Criativos
- 3- Mediação e Intervenção Sociocultural
- 4- Empreendedorismo

Os currículos devem possibilitar ao aluno fazer outro itinerário formativo concomitantemente, sequencialmente ou de modo complementar, na mesma instituição ou em outra de escolha do estudante. A certificação será sempre da escola original.

As instituições de ensino poderão fazer parcerias para oferecer itinerários profissionais somente com escolas reconhecidas pelo Sistema de Ensino (CEE).

As escolas deverão orientar os estudantes na escolha do melhor itinerário para sua formação. “O estudante deve ser orientado para que ele pense o seu projeto de vida e, dentro do seu protagonismo, possa fazer um ou mais itinerários”.

## Enem, SAEB e livros didáticos

O Enem de 2019 não terá qualquer alteração. Os referenciais para a construção dos itinerários formativos devem ser apresentados pelo MEC até dezembro, após a homologação da BNCC. E somente a partir destes referenciais o INEP passará a preparar as provas a serem aplicadas a partir de 2020 ou 2021.

O novo modelo terá aplicação também em dois dias. No primeiro será avaliada a formação básica e no segundo, o itinerário

formativo escolhido pelo estudante, ligado à área do curso superior que ele escolher.

A apresentação dos novos modelos do SAEB, do Programa Nacional do Livro Didático, a Base Nacional de Formação dos Professores e uma revisão das diretrizes da pedagogia serão entregues em dezembro para apreciação do Conselho Nacional da Educação, que deverá fazer a discussão com a sociedade brasileira.





Coordenação: Professor Dr Leandro Villela de Azevedo



Os últimos meses no Brasil viram acirrar-se a discussão a respeito do Movimento Escola sem Partido quando a deputada Ana Maria Campagnolo fez um vídeo incitando os alunos a filmarem secretamente seus professores e incentivando-os a falarem sobre política. O objetivo seria ingressar com um processo coletivo.

O Movimento ganhou um novo garoto propaganda, o recém eleito Alexandre Frota, ex ator pornô. Projeto intensamente polêmico prevê que professores possam ser processados ou até presos caso em suas aulas ensinam algo que vá em oposição às ideologias, fé, ou moral dos pais.

O objetivo do movimento segundo eles é “impedir a doutrinação comunista” que esses professores estariam fazendo. Julgamentos do Movimento a parte, a ideia de se impe-

para que a própria pessoa chegue a conclusão do que ela realmente pensa ou acredita.

Esse método foi considerado doutrinatório pelos demais filósofos, e Sócrates foi condenado.

Ele teria de escolher entre nunca mais poder ensinar e ser exilado ou a morte, e causou grande espanto em todos quando escolheu a morte.

### Idade Média

A Igreja católica certamente é a campeã de proibições de ensinamento. Desde o Concílio de Niceia ocorrido em 325DC, mas especialmente em outros concílios como o de Constança, em 1414 e o de Trento, em 1542 centenas (talvez até milhares) de temas foram considerados Anátemas (proibidos de serem discutidos, debatidos ou ensinados). Havia também uma lista de livros que as

## Escolas sem partido desde a antiguidade

dir que certos ensinados nas escolas não é invenção nova e nem tampouco brasileira. Veja um pouco do que outros povos e épocas já vivenciaram em situações semelhantes.

### Mesopotâmia Antiga

Na época de Hamurabi a cidade da Babilônia se tornou um gigantesco império dominando sobre várias cidades estados e povos vizinhos como os Sumérios, Ur e Uruk.

No seu código de leis e nas regras escolares estava previsto que quem falasse em língua estrangeira nas escolas seria castigado com chibatadas. Os professores tinham que ensinar estritamente a língua e cultura babilônica.

### Grécia Antiga

Na Grécia antiga filosofia era a forma de se estudar praticamente todos os fenômenos naturais, escolas filosóficas surgiram e se subdividiram e se especializaram.

Apesar de sua grande pluralidade e relativa boa convivência entre elas, houve uma quase unanimidade quando resolveram que Sócrates era uma má influência para a sociedade. Vale lembrar que a base do pensamento Socrático é a Maieutica: arte de se fazer perguntas contestando as verdades e crenças

bibliotecas não poderiam ter e os professores não poderiam ensinar, a lista era denominada Index Proibitorum.

### Europa e Estados Unidos

Diversos estados americanos e países europeus chegaram a proibir que fosse ensinada a teoria da evolução de Charles Darwin no século XIX, essa proibição foi caindo aos poucos. Mesmo assim, em 1925 o professor americano John T Scopes foi condenado por ensinar a evolução nas escolas.

### Alemanha Nazista

O auge da censura nas escolas ocorreu durante o governo Nazista de Hitler, um grupo específico chamado “União dos Estudantes Alemães” ou Deutsche Studentenschaft foi criada para monitorar as escolas e fazer denúncias contra os professores ou mesmo contra os pais que lessem livros proibidos. Esses eram queimados em fogueiras públicas. Entre os autores proibidos estavam Marx, H. G. Wells. Darwin, e qualquer livro escrito por judeus.

**Professor Leandro Villela é mestre e doutor em História Social pela USP e professor da rede particular de ensino em São Paulo. É autor de coleções didáticas e paradidáticos.**

# Preparação gratuita para estudar no exterior

O preparo para cursar uma universidade fora do país costuma ser caro, mas há oportunidades gratuitas de qualidade que auxiliam os estudantes a buscarem a aprovação.

Fazer uma faculdade fora do Brasil é uma oportunidade ímpar para desenvolvimento pessoal e acadêmico, além de ser uma experiência que conta muitos pontos no currículo e em processos seletivos de empresas. Esses motivos levam cada vez mais jovens a procurarem dicas sobre como passar nas complexas provas de grandes instituições de ensino ao redor do mundo.

Tanto no nível de graduação quanto no mestrado ou doutorado, o processo de aceitação nessas universidades de ponta é difícil, possui várias etapas e demanda tempo e determinação. Dessa maneira, contar com uma boa orientação para esses processos faz toda a diferença na busca pela aprovação.

Existem muitos conteúdos e serviços pagos de preparação para pessoas que almejam uma vaga nas mais competitivas universidades do mundo. Mas também há plataformas de excelência que disponibilizam, sem custos, mentoria, informação e orientação sobre o assunto.

A Fundação Estudar indicou três serviços gratuitos, considerados de ótima qualidade, que podem ajudar estudantes brasileiros a realizar o sonho de estudar no exterior.

## Prep Estudar Fora

### Fundação Estudar

A organização oferece uma preparação completa para jovens com histórico de excelência acadêmica que desejam se preparar para estudar no exterior. O programa disponibiliza mentoria com alguém que tenha estudado nas universidades mais competitivas do mundo, orientação para o application

ajudam outros jovens a buscarem aprovação em instituições de ensino superior.

O programa, que conta com mentoria personalizada, não é o único oferecido pela Brasa. Após a aprovação dos estudantes, a organização mantém uma rede de brasileiros no exterior, realizando eventos e incentivando os alunos a permanecerem conectados.

Home: [www.gobrasa.org](http://www.gobrasa.org)

## Preparing for UNI -

### Universidade de Est Anglia (Reino Unido)

O curso em inglês é oferecido pela plataforma de ensino online FutureLearn, e visa desenvolver habilidades essenciais para o aluno ser aceito e ter sucesso na universidade. Pensamento crítico, argumentação, análise de informações e dados e ensino independente são algumas das competências que o curso busca desenvolver.

Com duração de 6 meses, o programa disponibiliza exercícios para que os estudantes consigam refletir a respeito de seu próprio desenvolvimento. Também são realizados fóruns de discussão, em que os participantes compartilham suas experiências e desafios.

## Estudar Fora

O Estudar Fora teve início em 2012 com a orientação de jovens de ensino médio interessados em cursar a graduação no exterior. No ano seguinte, ampliou esse impacto por meio de um portal de conteúdo que hoje é a maior fonte de informação para brasileiros que desejam estudar no exterior.



com um especialista da Fundação Estudar e, caso necessário, oferece auxílio financeiro para os custos do processo para cerca de 40 candidatos.

Além de apoiar na escolha da instituição de ensino, especialistas orientam os candidatos nas várias fases do processo, além dos exames de proficiência em inglês. Para participar do programa preparatório há uma seleção que envolve testes e entrevistas, em que são escolhidos, anualmente, 40 candidatos.

As inscrições acontecem de outubro a dezembro e, para os selecionados, o programa iniciará em fevereiro de 2019. O programa aceita jovens de penúltimo e último ano do ensino médio. Home: [www.estudarfora.org.br/prep](http://www.estudarfora.org.br/prep)

## Pré-universitário - Brasa

Programa de preparação que visa auxiliar alunos brasileiros que desejam cursar graduação ou pós-graduação nos Estados Unidos ou na Europa. A Brasa é uma comunidade internacional de estudantes brasileiros que

No [EstudarFora.org](http://EstudarFora.org), é possível encontrar detalhes sobre como se preparar, informações sobre bolsas de estudos e histórias inspiradoras de quem chegou lá. Além disso, a iniciativa engloba o **Prep. Estudar Fora** que oferece apoio individualizado e gratuito para jovens com excelência acadêmica que anseiam estudar em outros países.

## Fundação Estudar

A Fundação Estudar é uma organização sem fins lucrativos que acredita que o Brasil será um país melhor se tivermos mais jovens determinados a seguir uma trajetória de impacto.

Criada em 1991, a instituição tem como objetivo disseminar uma cultura de excelência e alavancar os estudos e a carreira de universitários e recém-formados por meio da formação de uma comunidade de líderes, do estímulo à experiência acadêmica no exterior e do apoio à tomada de decisão de carreira. Mais informações: [www.estudar.org.br](http://www.estudar.org.br).



# Prefeitura de Joinville lança edital de projetos pela Lei do Mecenato

**Joinville** - A Secretaria de Cultura e Turismo lançou o para seleção de projetos culturais pelo Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura. O edital completo e o extrato estão disponíveis no site da Prefeitura de Joinville.

As inscrições devem ser feitas até o dia 12 de dezembro na Gerência de Planejamento da Secretaria de Administração e Planejamento, sede da Prefeitura (avenida Hermann August Lepper, 10 – Centro).

O chamamento receberá documentação de pessoas físicas ou jurídicas, para a execução de ações culturais em Joinville por meio de captação de recursos, autorizada junto a contribuintes do ISSQN e do IPTU.

Podem ser apresentadas propostas para realizações nas áreas da dança, música, teatro, cinema e vídeo, artes gráficas e plásticas, artesanato e cultura popular,



circo, edição de livros e radiodifusão cultural.

Podem se habilitar pessoas físicas ou jurídicas privadas com ou sem fins lucrativos, reconhecidas como utilidade pública, domiciliadas e localizadas no Município de Joinville, regularmente constituídas.

O Edital número 007/2018 determina que as propostas deverão ser entregues em dois envelopes. No de número UM deverão estar os

projetos e roteiros das ações e no de número DOIS os documentos de habilitação descritos no edital.

Edital: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/chamamento-publico-de-edital-no-007-2018-pmj-para-selecao-de-projetos-culturais-para-o-mecanismo-mecenato-municipal-de-incentivo-a-cultura/>

## RÁPIDAS



**Mestrado em Química** - O Mestrado em Química Aplicada da Udesc Joinville, está com inscrições abertas para o primeiro semestre de 2019. O prazo se estende até 27 de janeiro de 2019, por meio de formulário eletrônico, disponível na página do curso: [www.udesc.br/cct/ppgq](http://www.udesc.br/cct/ppgq). O curso é totalmente gratuito, tem duração de dois anos e é voltado a profissionais graduados em Química ou áreas afins, como Engenharia Química, Ambiental e de Alimentos, Farmácia e Bioquímica. São oferecidas até 14 vagas dispostas em duas linhas de pesquisa: Síntese e Análise Química (sub-área Química Analítica, Química Orgânica e Química Inorgânica) e Aplicação de Compostos Químicos (sub-área Físico-Química). O edital, com todas as informações sobre a seleção, também está disponível na página do curso: [www.udesc.br/cct/ppgq](http://www.udesc.br/cct/ppgq). Mais informações pelo E-mail [pqq@udesc.br](mailto:pqq@udesc.br) ou pelo telefone (47) 34817691.

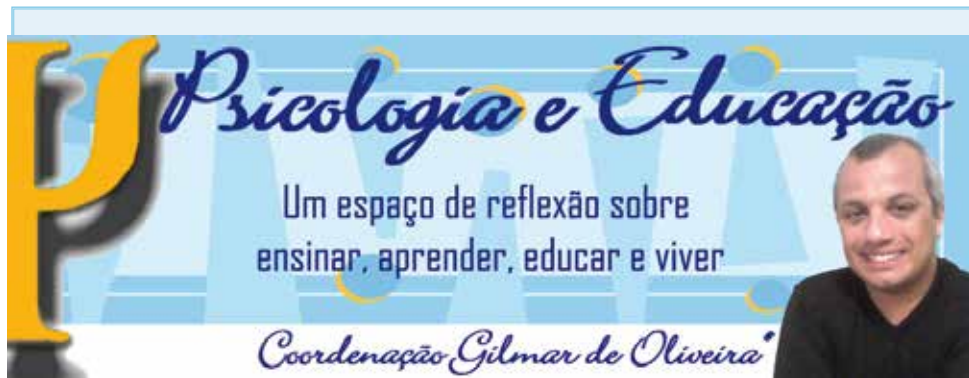
**2ª Drink Week** - A 2ª Drink Week (Semana de Drinks) acontece de 14/11 a 2/12, em 16 restaurantes de Joinville. Nesse período cada casa irá oferecer duas opções da bebida nos valores de R\$ 15,00 e R\$ 20,00. É uma oportunidade para o público consumir drinks exclusivos desenvolvidos pelos barmen da cidade.



Mais detalhes sobre a 2ª Drink Week no site [www.gastronomiajoinville.com.br](http://www.gastronomiajoinville.com.br) ou [facebook.com/gastronomiajoinville](https://www.facebook.com/gastronomiajoinville).

**Engenharias Elétrica e Mecânica** - Na Udesc Joinville, até 31 de janeiro de 2019 estarão abertas as inscrições para alunos regulares no Mestrado Acadêmico em Engenharia Mecânica. O curso é totalmente gratuito e conta com até doze vagas para graduados em Engenharia, Bacharelado ou Licenciatura Plena em Física, Matemática e Computação. Os interessados devem preencher o formulário de inscrição on-line, disponível na página do curso: [www.udesc.br/cct/ppgem](http://www.udesc.br/cct/ppgem). Já as inscrições para três cursos de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (Mestrado Profissional, Doutorado e Mestrado Acadêmico) estão abertas até 4 de fevereiro de 2019 e as aulas iniciarão no primeiro semestre do ano. Os interessados podem se inscrever pelos formulários online em [udesc.br/cct](http://udesc.br/cct). São oferecidas até 15 vagas para cada curso. O Mestrado Profissional tem área de concentração em Automação de Sistemas e duas linhas de pesquisa: Controles e Acionamentos Elétricos e Automação da Manufatura. Já o Doutorado e o Mestrado Acadêmico possuem área de concentração em Sistemas Eletroeletrônicos e as linhas de pesquisa: Processamento de Energia Elétrica e Controle e Instrumentação.

## O Jornal da Educação está no FACEBOOK Curta e siga informado



É na escola que os questionamentos sobre a sexualidade começam a surgir. Então é no espaço escolar que se deve discutir sexualidade, respeito, diversidade e dignidade. Quebrar tabus e preconceitos que muitas famílias inserem nos filhos. Isso porque outra grande causa de suicídio ou de tentativas é a inadequação (não se acha normal) quanto à sua orientação sexual.

Embora estejamos em tempos sombrios, de manifestação legitimada de preconceitos e de muitas mentiras eleitoreiras sobre erotização nas escolas, é o saber científico sobre a sexualidade e suas orientações e variáveis que poderá trazer a cura para uma doença perversa, que voltou à tona: o preconceito; que mata, que violenta, que humilha e torna um inferno a vida de quem não segue o padrão ditado.

Cabe à escola ser firme, resistir à pressão conservadora e populista, ajudar a esclarecer, aceitar e respeitar a diversidade, pois isso é educar e dar sentido a quem não se aceita, salvando vidas e valorizando a ética. Para isso, precisa-se investir em treinamen-

e orientar sem doutrinar para entenderem a situação e ajudar a solucionar o problema. Já a escola, precisa prevenir provocações, apelidos, conscientizando do respeito às diferenças, valorizar convivência, diversidade, companheirismo, ética e pensamento crítico. Vigiar, ouvir e educar.

Os pais de hoje podem ser orientados, mas ainda assim, é necessário que as escolas preparem os pais de amanhã, das famílias do futuro. Mais que fórmulas prontas, a escola precisa falar de vida e prevenir a morte.

Outra questão que os orientadores que trabalham a questão do suicídio nas escolas é a polêmica do uso do celular. Conscientizar sobre o excesso do uso (de pais, filhos e educadores) é tarefa da escola.

Desse modo, previne-se também muitos contatos indevidos dos jovens. Ao mesmo tempo, a escola desenvolve nos jovens o senso crítico e a conscientização de que os pais precisam ter acesso ao aparelho, aos diálogos dos filhos, ao histórico do computador.

Simple: tem adolescente colocando se-

# SUICÍDIO: Debater, conhecer para prevenir(II)

to de professores e especialistas, também em escolas de pais.

É enorme o número de adolescentes gays ou bissexuais que pensam em tirar a própria vida, por medo dos pais ou dos colegas, por eles mesmos não se aceitarem. Lembro de muitos casos de meninos e meninas recém entrados na adolescência, se mutilando e, ao chegar ao consultório, já estão na fase da tentativa de suicídio.

Pais que não aceitam o filho por ser afeminado ou a filha por ser masculina, que os agridem (legitimados por vídeos de políticos e pastores que dizem que é falta de surra). Mães que levam os filhos “com jeitos diferentes” a uma igreja onde o pastor diz que o diabo coloca gays no mundo. Isso fere fundo na personalidade.

Há muito desespero nessas não-aceitações e muitos jovens encontram na escola outro inferno. Mas o preconceito não nasce com a criança, ele é aprendido. Se as escolas trabalharem desde cedo, acaba o preconceito. Assim como é necessário, em muitos casos, que a escola desenvolva projetos com as famílias e a comunidade para que prevaleça o respeito, para que assuntos mais polêmicos sejam compreendidos e, as crises, superadas. Isso é valorizar a vida! É prevenir suicídio.

Outra causa muito numerosa, que leva ao desejo de morte (ou ataques violentos) em adolescentes e jovens, é o desespero de se sentirem humilhados em seus grupos sociais: o bullying.

As famílias precisam estar focadas na situação social dos filhos, na resistência de ir à escola, no isolamento. Precisam ouvir

nha em aparelho? Escondem histórico dos pais? Ah, tem coisa errada na situação! De pornografia a desafios suicidas em internet, previne-se vigiando.

Mais que necessário é treinar e capacitar profissionais da saúde mental, formar equipes multiprofissionais para o atendimento de pessoas com transtornos emocionais, de personalidade, doenças mentais e em sofrimento psíquico. E mais ainda: precisamos esclarecer que psicólogos e psiquiatras não são médicos de doidos.

Estamos em pleno século XXI e até mesmo educadores têm este conceito distorcido. Precisamos ofertar o acesso à saúde mental, mas antes, educar e esclarecer a importância desses profissionais. Nas cidades que têm o CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial, os casos de suicídio diminuem cerca de 15%.

Por trás de toda a tentativa de suicídio, há o desejo de parar de sofrer. É preciso aprender a se amar, a se sentir amado, a entender que sofremos frustrações e que temos de lidar com elas e com as adversidades, crises, problemas, erros, vergonha.

É preciso falar sobre os transtornos mentais, sobre nossas angústias, preocupações, cobranças, nossos limites, nossa rigidez, nossas hipocrisias.

A escola precisa ofertar projetos de formação humana para professores e também com os alunos e pais. Precisamos cobrar de políticos um conhecimento maior sobre a realidade dos adolescentes e jovens e o tema suicídio. Esta atenção reduz também a violência, maior causa de mortes de jovens em nosso país.

\* Gilmar de Oliveira, psicólogo clínico e professor universitário; especialista em Neuropsicologia e Aprendizagem; Mestre em Educação e Cultura. E-mail: [psicogilmar@gmail.com](mailto:psicogilmar@gmail.com)

@psicogilmar  
facebook.com/psicogilmar





## Como os aplicativos de comunicação podem influenciar as decisões judiciais



Vivemos em época em constante mudança, em que os avanços tecnológicos criam novas ferramentas digitais todo dia. Mídias e aplicativos de comunicação gratuitos como Whatsapp, Messenger, Twitter e Skype, por exemplo, aos poucos vão substituindo as ferramentas tradicionais de comunicação, como o telefone.

No Judiciário, a tecnologia também já está presente no cotidiano dos juizes, servidores e advogados através dos sistemas eletrônicos de processos – Esaj, E-proc e Pje –, que agilizam o trâmite processual e permitem o acompanhamento do processo de qualquer lugar do país.

Ocorre que a influência da tecnologia no judiciário está aos poucos ultrapassando os limites dos sistemas de trâmite processuais, sendo que as mídias digitais e ferramentas de comunicação aos poucos também vão ocupando espaço dentro do órgãos judiciais.

Atualmente já é possível se falar em intimidades via Whatsapp, já autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou até mesmo realização de acordos, como vem fazendo a Vara do Trabalho de Navegantes/SC, que instituiu em caráter experimental, o programa de conciliação via aplicativo Whatsapp, regulamentado pela Portaria nº 001, de 16/05/2018.

Os aplicativos de comunicação também estão sendo utilizados para a realização de audiências nos casos em que a parte ou testemunha reside em outro estado ou no exterior, ou encontra-se impossibilitada de comparecer na audiência, por exemplo, prática que também já vem sendo utilizada pelos tribunais. É a tecnologia sendo utilizada a favor do judiciário.

Contudo, importante destacar que estas mídias digitais também podem ser utilizadas de forma desfavorável para uma das partes no processo judicial. Isto porque postagens no facebook e conversas de Whatsapp podem ser utilizadas como meio de prova nos processos, podendo inclusive ser fator determinante para uma eventual condenação.

Na esfera trabalhista, já houve decisões mantendo dispensa por justa causa por postagens ofensivas do funcionário contra o empregador, bem como decisões desconsiderando depoimentos testemunhais por

postagens no facebook.

Inclusive, é possíveis utilizar postagens das redes sociais para demonstrar amizades íntimas das testemunhas com as partes, o que pode prejudicar o depoimento testemunhal.

**Os grupos de WhatsApp**, por exemplo, muito comum nas empresas, **podem ser utilizadas como prova** de disposição do empregado ao empregador, o que ensejara pagamento adicional pela hora suplementar, bem como **podem comprovar dano moral por brincadeiras ou chacotas consideradas ofensivas**, de forma que devem os empregadores estarem atentos ao teor das conversas ali trocadas.

Recentemente houve o debate a respeito do alcance da responsabilidade dos administradores de grupos Whatsapp por ofensas proferidas pelos membros do grupo. Isto porque a 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a administradora de um grupo específico do aplicativo a pagar uma indenização por danos morais por não remover ofensas direcionadas a um membro do grupo.

De acordo com a decisão, a administradora, na qualidade de criadora do grupo, poderia ter removido os autores das ofensas ao membro, mas não o fez, e ainda mostrou-se ainda ter se divertido com a situação por meio de emojis de sorrisos com os fatos. A decisão foi inédita, e pode influenciar no julgamento de casos semelhantes.

Para evitar eventual passivo, caso seja necessário a criação do grupo de WhatsApp pela empresa, é importante que o empregador regule a utilização do aplicativo, proibindo a troca de mensagens que não tenham relação com a atividade, bem como o envio de mensagens após o horário do expediente.

Além disso, sugere-se que administrador do grupo, ao se deparar com mensagens ofensivas, aplique medidas disciplinares ao empregado responsável pelas ofensas, demonstrando que não será permitido atitudes deste tipo.

O regulamento interno da empresa pode dispor de regras de conduta para utilização dos aplicativos, influenciando para que esta ferramenta seja utilizada somente para benefício da empresa.

**Yolanda Robert** – Advogada especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Consultora em remuneração estratégica. Diretora Jurídica Da ABRH – Joinville (2016/2018), Secretária Adjunta da OAB - Subseção de Joinville (2016/2018). Professora e Facilitadora de cursos e treinamentos na área trabalhista. Administradora do escritório Robert Advocacia e Consultoria.

**Campanha 2019/1**  
*Matrículas Abertas!*

Com mais de 20 anos de atuação, o Instituto IREI conta com cursos aprovados pelo CEE-SC/MEC, sendo referência em cursos técnicos.

**MASSOTERAPIA E ESTÉTICA**  
Duração: Um ano e 9 meses.

**MASSOTERAPIA**  
Duração: Um ano e 9 meses.

**ESTÉTICA**  
Duração: Um ano e 9 meses.

**PODOLOGIA**  
Duração: Um ano e meio.

**FARMÁCIA**  
Duração: Um ano e meio.

**ADMINISTRAÇÃO**  
Duração: Um ano e meio.

**Em Joinville:**  
 ☎ (47) 3422-8906  
 ☎ (47) 9.9207-2912  
 📧 institutoirei  
 📧 comercial@irei.com.br  
 📱 institutoirei

**Em Jaraguá do Sul:**  
 ☎ (47) 3017-9606  
 ☎ (47) 9.9213-4296  
 📧 institutoirei  
 📧 jaraguadosul@irei.com.br  
 📱 ireicursostecnicosjaragua

## Envie seus artigos para o JE Caderno Científico

O JE Caderno Científico lançado em agosto de 2018 é a mais nova publicação do Jornal da Educação. Destinada a atender uma lacuna até então existente no país para publicações científicas do setor educacional, a segunda edição deve circular no primeiro semestre de 2019.

Professores em atuação na educação básica, pesquisadores e estudantes podem enviar seus relatos de experiências, resenhas, artigos científicos e de opinião para serem analisados pela comissão científica coordenada pelo professor Norberto Dallabrida.

Na primeira edição, foram publicados cinco artigos científicos, um relato de experiência e uma resenha.



**Acesse - Leia - Divulgue!**

[www.jornaldaeducacao.inf.br/artigos-cientificos](http://www.jornaldaeducacao.inf.br/artigos-cientificos)